

PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM OLHAR TRANSFORMADOR

PERSPECTIVES AND CHALLENGES IN THE QUALITY OF BRAZILIAN EDUCATION: A TRANSFORMATIVE LOOK

Ariuska Soares Brasileiro da Silva¹

José Geraldo Leite Mororó²

Maria Joseny Ferreira da Silva³

Maria Aparecida Pereira de Lacerda Alvino⁴

Silvana Felix de Oliveira⁵

Zenilda Pereira de Queiroz Nunes⁶

1 Graduada em História pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP-2006); Especialista em Geopolítica e História (FIP-2007); Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB Virtual (2011). Mestranda em Ciências da Educação – Vini Creator CHRISTI UNIVERSITY, atualmente Professora da disciplina de História do Ensino Fundamental na Cidade Piancó-PB e, desde Março de 2004 Escrevente do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais e Notas da Cidade de Igaracy-PB.

2 Licenciado em História pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP); Licenciado em Matemática pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-CE; Licenciado em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Mestrando em Ciências da Educação - VENI CREATOR CHRISTIAN UNIVERSITY, Professor da disciplina de Matemática do Ensino Fundamental na Escola Municipal Otília Figueiredo Costa na Cidade de Piancó-PB, e, Curso Técnico em Transações Imobiliária.

3 Graduada pela Instituto Superior de educação São Judas Tadeu, cursando pós em autismo pelo Unifip, Mestranda em ciências da educação pela Vini Creator CHRISTI UNIVERSITY

4 Graduada em licenciatura Plena em Pedagogia pelas Faculdades Integrada de Patos (FIP), Pós-graduada em Supervisão e Orientação Educacional pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP), Mestranda em Educação pela Vini Creator CHRISTI UNIVERSITY.

5 Graduada em licenciatura Plena em Letras pelas Faculdades Integrada de Patos (FIP), Mestranda em Educação pela Vini Creator CHRISTI UNIVERSITY

6 Graduada em Letras: português / inglês pelas Universidade Integrada de Patos (FIP), pós-graduada em Psicopedagoga pelas Universidades Integradas de Patos (FIP), curso de extensão inglês e espanhol pelo CCAA e Mestranda em Educação pela Vini Creator CHRISTI UNIVERSITY

Resumo: A educação sendo a mola mestra de todo um país assume lugar de destaque no atual contexto social, político e econômico. No entanto, ainda se fazem presentes resquícios de uma educação burguesa e pseudo-democrática no ideário de profissionais da educação. O Brasil mesmo com seu sistema educacional expandindo em todos os níveis, existe ainda grandes dificuldades na qualidade de ensino e no que tange a sua eficiência. Como um todo, as necessidades da educação brasileira não são muito distintas, no uso de criar mecanismos efetivos que corrijam os problemas educacionais e o uso eficiente dos recursos públicos para alcançar uma educação de qualidade para todos. Em contrapartida, a educação traz em sua essência a possibilidade de construção de novos paradigmas e de práticas educativas voltadas à construção de uma sociedade justa e verdadeiramente democrática, enquanto campo privilegiado para intervenções políticas e ideológicas. O estudo sugere alguns eixos de uma agenda de transformação, examinando a educação brasileira em seu conjunto e as políticas educacionais recentes: participação histórica dos jesuítas no Brasil; Panorama Sociopolítico da Educação Pública; a política e seus sistemas educacionais; uma perspectiva de transformação da educação e o importante papel libertador para o processo educacional nas políticas públicas. Hoje, o trabalho eficaz, autônomo e crítico do contexto escolar são perpassados pela refletividade, diagnosticando um papel de extrema importância no processo de construção da consciência educacional crítica e reflexiva. O fazer educativo e transformador torna conscientes das ideologias que determinam os processos educacionais e sociais, rompendo com números altos de analfabetismo que nos oprime a razão.

Palavras – chaves: Educação brasileira; sistema educacional; analfabetismo.

Abstract: Education being the mainspring of a whole country takes center stage in the current social, political and economic context. However, remnants of a bourgeois and pseudo-democratic education are still present in the ideals of education professionals. Brazil, even with its educational system expanding at all levels, still presents great difficulties in the quality of teaching and in terms of its efficiency. As a whole, the needs of Brazilian education are not very different, in the use of creating

effective mechanisms that correct educational problems and the efficient use of public resources to achieve quality education for all. On the other hand, education brings in its essence the possibility of building new paradigms and educational practices aimed at building a just and truly democratic society, as a privileged field for political and ideological interventions. The study suggests some axes of a transformation agenda, examining Brazilian education as a whole and recent educational policies: historical participation of the Jesuits in Brazil; Sociopolitical Panorama of Public Education; Policy and its educational systems; A perspective of transformation of education and the important liberating role for the educational process in public policies. Today, the effective, autonomous and critical work of the school context are permeated by reflectivity, diagnosing a role of extreme importance in the process of constructing critical and reflective educational awareness. The educational and transformative make aware of the ideologies that determine the educational and social processes, breaking with high numbers of illiteracy that oppresses reason.

Keywords: Brazilian education; educational system; illiteracy.

Introdução

È notório que a educação brasileira nas últimas décadas vem passando por diversas transformações, obtendo como resultado o aumento de pessoas tendo acesso a escolas, desde as series iniciais até ao nível médio e demais modalidades de ensino. Para tanto, não está sendo suficiente mesmo com essas transformações ocorrendo para inserir o Brasil em um nível educacional satisfatório, tanto na falta de oportunidades igualitárias que o sistema educacional deve proporcionar a todos os cidadãos, tanto quanto no sentido de desempenho, isto é, na autonomia que o país tem em participar das novas desenvolvuras, dependendo da educação e da plena capacidade tecnológica para tal. Este projeto tem por objetivo identificar, as características do sistema educacional brasileiro, através da política educacional, bem como o panorama sociopolítico da educação pública no Brasil. Assim, mesclaremos as

características gerais do sistema educacional em conjunto, com a participação jesuítica no Brasil, o analfabetismo e o acesso às escolas. Destarte, compreender a história da educação brasileira é não poder esquecer-se de mencionar a educação católica – os jesuítas, a significativa participação dos povos jesuíticos no processo educacional no Brasil, em específico, ela foi a responsável pela educação dada no período colonial aos povos brasileiros. A influência jesuítica e sua importância refletem na atual educação brasileira, pois de acordo ROCHA (2010), aponta que:

Aqui no Brasil estabeleceram-se quatro graus de ensino sucessivos e propedêuticos: curso elementar; de humanidades; de artes; e de teologia. Com o passar dos anos, esses graus foi-se modificando, mais continuando a sua essência, a sua herança histórica jesuítica.

No século XX, de acordo com Brandão (2003), a LDB (Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a educação escolar compõe-se de: Educação básica (formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio); e Educação superior (graduação, pós, mestrado, doutorado, PhD). Pretenderemos assim, nesse projeto realizar algumas reflexões em linhas gerais sobre a educação brasileira, com uma perspectiva transformadora, descrevendo o importante papel dos jesuítas e o papel libertador para o processo educacional nas políticas públicas, com as políticas públicas educacionais, mesmo sabendo da tamanha dificuldade que existe no ensino público, sobrepondo o mau uso dos recursos educacionais. Contudo, é nítido perceber que a educação brasileira vem passando por diversas mudanças e transformações na qualidade educacional de modo que o país está crescendo simultaneamente com a organização do sistema educacional.

A Participação Jesuítica no Processo Educacional no Brasil

A participação dos jesuítas no processo educacional é a mola chave para compreendermos a educação que temos hoje. A educação brasileira está em constante mudança, evoluindo e aprimorando aos poucos os seus níveis escolares. Sendo assim, um processo transmissor de aprendizagem e

conhecimento. O catolicismo chegou ao Brasil através da missão jesuítica liderada pelo padre Manoel da Nóbrega, em março de 1549, construindo assim a primeira escola no Brasil, na cidade de Salvador-BA. A influência lusitana foi tão assustadora que logo de início o processo educacional começou a fluir a alfabetização para os filhos dos poderosos dando ênfase ao processo de colonização.

Para SCHMITZ, (1994),

É evidente que a formação principal será a da Teologia e da Filosofia, pois estas ciências serão úteis para o seu futuro apostolado. Mas não se descuida a formação sólida em Letras, pois é por meio da Cultura ampla e profunda nas ciências humanas que o jesuíta terá melhores condições de exercer o seu ministério.

Com o passar dos anos, a participação jesuítica interfere de forma singular na vida social dos nativos, não permitindo que os índios virassem escravos, criando as missões – catequização para os índios, aprendendo como cultivar a terra, manusear com os trabalhos agrícolas. De 1549 até 1759 aproximadamente, os educadores jesuítas foram os intelectuais de nossa educação Brasileira, quando expulsos pela figura marcante na história do Marquês de Pombal. A missão jesuítica em quase duzentos anos de colonização realizaram um excelente trabalho educacional em todas as escolas fundadas na época. É notório que a nossa educação brasileira deve-se muito aos jesuítas (Companhia de Jesus) por terem instalado no Brasil uma educação modelo, tendo uma tremenda singularidade para com os nativos, deixando seu legado.

No entanto, chegando a solo brasileiro, os jesuítas não trouxeram consigo apenas os costumes, a moral e a religiosidade europeia, mais também seus ensinamentos e metodologias pedagógicas. Existia em todas as escolas jesuíticas, escrito por Inácio de Loiola, um documento que regulamentava – Ratio Studiorum. Mantendo nas escolas os cursos de Letras, Filosofia, Teologia e Ciências Sagradas, não se limitando somente ao ensino das letras. Esse modo de ensinar perdurou 210 anos e após a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal, surge uma nova ruptura que marca a História Educacional Brasileira.

Políticas Públicas: A Política Educacional no Brasil

A política educacional é de responsabilidade do governo, ou seja, do Estado, uma vez que para entendermos esse instrumento que implementa os movimentos educacionais e suas referências é preciso saber o que a legislação dimensiona. Essa política que tem por base as entidades da sociedade civil e os organismos políticos deriva de um processo de decisões normativas do Brasil.

Para tanto, segundo Paro 92001),

“a política educacional faz parte do grupo das políticas públicas, envolvendo os grupos de necessidades da sociedade civil, estas determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais, dentre eles o direito a educação”.

E assim, é nessa ordem que a Política Educacional entra como garantia de qualidade para assegurar o direito a todo e qualquer cidadão. A política educacional de um país é voltada para o povo, ou seja, deve ser então guiada por eles, assegurando o bem comum e a cada cidadão o seu direito, garantido pela legislação. Por inserir, objetivos, valores e anseios, é visto que as inúmeras dificuldades de se construir uma política, seja educacional ou social não é fácil, é uma tarefa árdua, que envolve elementos moldadores para um povo em construção. Segundo Freire (1987),

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.

Contudo, vale salientar que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, foi um importante documento que impacta ainda hoje sob um olhar nas Políticas Educacionais Brasileira, marcando assim as metas e prioridades que devem ser efetivadas. Trazendo a memória, esse manifesto foi primordial instrumento de regulamentação da situação educacional no Brasil, inserido não apenas

como alerta a sociedade civil, mas como ápice ao surgimento das leis regentes na educação brasileira.

Assim, a principal fonte das políticas públicas, em específico, a educacional, que as definem é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Pois segundo o Ministério da Educação (MEC), “a educação formal é obtida através de escolas regularmente estabelecidas em conformidade com as exigências, tendo seus conteúdos e disciplinas estabelecidas em lei”. O cidadão conforme a educação formal alcança os níveis escolares estabelecidos pela legislação do Brasil, ingressando em escolas, faculdades e universidades. De acordo com a Lei 9394/96, em seu Art. 1º, § 2º “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Sabe-se que, o poder público tem a responsabilidade de ofertar o ensino de forma que atenda toda a demanda, sendo que o primeiro grau é obrigatório, onde a legislação afirma que o poder público deve atender creches e pré-escolas, ampliando simultaneamente o acesso ao ensino de segundo grau nas escolas públicas, com o objetivo de universalizar o atendimento. É de responsabilidade do poder público assegurar gratuitamente aos cidadãos o ensino superior, fornecendo formação e promovendo pesquisas, uma vez que, todo o ensino público, prevê o amparo aos educandos de baixa renda, oferecendo serviços de saúde, material escolar, merenda escolar e transporte. Finalmente, de acordo com a legislação vigente, a oferta de ensino aos jovens e adultos, que não tiveram acesso ao ensino em idade regular, é de responsabilidade do poder público.

A Organização do Sistema Educacional e o Panorama Sociopolítico da Educação Pública no Brasil: Uma perspectiva de transformação na Educação Brasileira

A estrutura do sistema educacional brasileiro resulta de uma gama de mudanças no decorrer da história, onde a responsabilidade pela educação no Brasil se conjuga em pilares. Para tanto, de acordo com Vieira (2005), suas formas de articulação e incumbências referentes à educação escolar no que tange a sua oferta, são: * União – Tem como importante papel o de articular, redistribuir e coordenar as demais unidades federativas, assegurando assim o sistema educacional no Brasil; *

Estados e Distrito Federal: possui o papel de executar e elaborar planos educacionais e políticas, abordando ações consonantes com os dos municípios. Tendo atribuição específica o ensino médio; * Estados, Distrito Federal e Municípios: tem a educação básica como uma atribuição compulsória. É de responsabilidade integrada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a oferta do ensino fundamental; *Municípios: A educação infantil é de responsabilidade dos municípios, com atribuições de desenvolver e manter o seu sistema educacional, assegurando com os planos e as políticas educacionais dos Estados e União.

A uma controvérsia em relação aos gastos públicos com a educação brasileira, uma vez que, de acordo com Miranda (2001), 16,1% fora gasto na educação, e 5,2% aplicado do PIB, mesmo assim o país brasileiro não consegue ter um investimento alto por aluno no nível básico da educação. Sabe-se que a mola da educação brasileira é o ensino médio, embora o governo invista pouco por educando ao ano, é considerado o terceiro menor valor do ranking, sobressaindo apenas por Indonésia e Colômbia.

Contudo, o setor educacional em termos de recursos está disperso, pois a única que se encontra concentrada em uma única instância decisória é os recursos federativos, embora os estaduais e municipais estejam soltos, apontando desta forma um percentual altíssimo de despesas públicas em educação, lastimavelmente vista como uma política governamental voltada apenas nos orçamentos, não tendo como prioridade a qualidade e eficiência como porte. Para tanto, a atuação do governo federal através do Ministério da Educação (MEC) é responsável diretamente pelas instituições e universidades, obtendo a maior parte dos recursos destinados à educação, além das CAPES (pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que é responsável pela avaliação dos cursos de pós-graduação e dá bolsas de estudo para o país e para o exterior.

O povo brasileiro vem terceirizando historicamente, suas eventuais responsabilidades, dirigindo-os puramente ao Estado, ao sistema educacional – escola, diretor – fugindo das obrigações que lhes cabem, esquecendo de pensar e agir, esquecendo de transformar o mundo a sua volta, sobressaindo pela lateral e entregando tamanha responsabilidade no que tange ao ensino público brasileiro. Para Sagury (2006), a falta de indignação da sociedade diante da baixa qualidade da escola

pública também faz parte do problema educacional no Brasil. Seguindo as primícias dos neoliberais, por outro lado, o Estado tenta transferir essa responsabilidade do poder público à sociedade, tentando construir uma educação pública de qualidade, mesmo que até o momento não se tenha alcançado tamanha “qualidade” na educação.

Nesse contexto, Cunha (1991),

Ressalta que hoje a educação não é uma prioridade para a sociedade brasileira. É preciso que o Estado evidencie a importância da educação de qualidade como estratégia de combate às problemáticas sociais. E assim surge um dilema deflagrando que não existe no Brasil uma educação pública de qualidade porque o poder público não a tem como prioridade. Não a prioriza porque isso não constitui uma demanda da sociedade e, portanto, não desperta o interesse público.

Faz-se então com grande urgência uma reorganização qualitativa no que diz respeito à educação pública brasileira, ressaltando suas inúmeras dificuldades e contornando de forma democrática e participativa todos os sujeitos da nação. É óbvio que para que aja diálogo, entusiasmo, eficácia e iniciativa na política educacional é necessário engajamento árduo e autêntico dos sujeitos educacionais – os educadores (professores), que reunindo vários anos de sala de aula, de mudanças de escolas, de trocas de gestores, os mesmos sobressaindo com seus desejos, medos, avanços, metas, angústias, não perdem a sua credibilidade e autenticidade educacional. De acordo com Paro (2001), “sem a confiança e o empenho dos que fazem o ensino, não é razoável esperar qualquer êxito das soluções e propostas que são apresentadas pelos que elaboram e estudam as políticas educacionais”.

È notório, que existe uma diferença entre a escola anos atrás para a escola de hoje, isto é, um conjunto de transformações vem surgindo no decorrer dos anos. Surgem muitas indagações como, por exemplo, a falta de compromisso, responsabilidade por parte de muitos alunos, falta de interesse por parte de alguns pelos conteúdos e desrespeito pelos educadores, onde o bullying e a violência assolam o campo educacional de forma catastrófica, aparecendo indagações: Qual o ponto chave para essas mudanças? Será que a culpa é da escola por essas atitudes? Várias interrogações surgem,

mesmo diante de imensos estudiosos didáticos escolares terem suas diversas teorias apontando e deslumbrando de plenitude educacional, mas na prática do dia a dia não muitas vezes encaixa nessas práticas educacionais. O ponto crucial para estruturar uma nação é a educação, seja ela formal ou não, familiar ou social.

Em contrapartida, mesmo diante das grandes dificuldades em desempenhar uma boa qualidade educacional, o Brasil vem sendo capaz de expandir, dando oportunidades educacionais aos diversos níveis, uma vez que até a década de 80, o desenvolvimento era desigual tornando uma característica dominante. As mazelas caminham junto com as oportunidades, afetando o país como um todo: ineficácia no mau uso dos recursos públicos, os problemas com eficiência e equidade na qualidade das escolas, como também a falta de mecanismos efetivamente ativos para sanar os problemas de iniquidade econômica e social no país. De acordo com Freire (1984), “a falta de uma população educada e competente é um freio para o crescimento econômico, e a limitação de recursos afeta a capacidade de resolver os problemas educacionais”.

O analfabetismo e o acesso à escola

È notório que o analfabetismo ainda existe no Brasil de forma assustadora, atingindo em suma as camadas mais pobres e entre as pessoas mais idosas, sintomas esse que apontado como um dos principais da iniquidade do sistema educacional brasileiro, tentando erradicá-los.

Assim, de acordo com Barbosa (2003),

Essa triste consequência foi causada pelos modelos de educação arcaicos, sem mudanças, sem projeções, não desenvolvendo o pensar do sujeito, a capacidade criativa do educando, surgindo uma insatisfação pessoal por parte da escola. Não é de hoje que milhões de brasileiros são analfabetos acima dos seus 15 anos de idade, embora essa herança histórica assombre os mesmos que o medo passa a dominar e perder os prazeres para aprender, muitos deixam a escola por falta de empenho e desmotivam-os por não saberem que são capazes de superá-los a cada dia vivido.

Existe ainda no Brasil a concepção de que a mão de obra mais em conta e pesada do país está nos menos favorecidos, e é através dessa herança histórica cultural, social e política que os sujeitos se entrelaçam nesse jogo e acabam as margens de uma pirâmide que não existe, afastando-se na escola. Para tanto, a visão da escola deve ser voltada para uma política educacional que atenda a diversidade, a singularidade, aplicando planos de ações que valorizem as particularidades, as habilidades, a criatividade e as potencialidades de cada sujeito que faz parte do processo educativo escolar.

Nesse contexto, o ambiente escolar é que deixa o alunado solto, alegre, motivado e entusiasmado a voltar para a escola. Esses aspectos devem ser considerados como primordiais, diminuindo assim a defasagem do ensino. Outro ponto importante que a escola deve saber é que cada indivíduo vive uma realidade social diferente, tem oportunidades diferentes, e sendo identificadas as diferenças entre eles diminui. Segundo o ministério da Educação - MEC (2014),

No Brasil são 16 milhões de analfabetos, pessoas que não conseguem sequer escrever um bilhete. Já os que não chegaram a concluir a 4ª série do ensino fundamental I, somam 33 milhões, concentrados em 50% no norte e nordeste do país.

Vai muito mais além de somente assinar o nome o desafio da alfabetização, o ponto chave é conseguir voltar à escola, apesar dos avanços nos últimos anos. O MEC (2014) aponta que muitos dos brasileiros não sabem ler e nem escrever, inclusive não conhecendo o significado das palavras, e voltar às aulas tem uma importância ainda maior. Assim, mesmo com a inclusão nas escolas, saber assinar não basta, pois o desafio da alfabetização vai, além disso, sendo a garantia para o futuro.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), no ano de 2014, promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi detectado que 13,2 milhões de pessoas com idade de 15 anos aproximadamente são analfabetos no Brasil. Dados alarmantes preocupam a sociedade como um todo. Uma vez que essa taxa de analfabetismo está em sua maioria na região nordestina, aglomerando as pessoas mais idosas. Para tanto, é evidente que se não houver o incentivo do governo na alfabetização esse índice irá agravar ainda mais. É óbvio que sem a participação afetiva

e ativa dos recursos governo para investir na qualidade educacional mais eficiente para jovens e adultos que é o ponto indicador do analfabetismo, não há possibilidades de mudanças. Mais rápido do que solucionar o problema, a defasagem, a falta de alunos em sala, é sem dúvidas, investir em métodos pedagógicos que chamem a atenção dos educandos correspondendo a cada realidade populacional.

Considerações Finais

No presente projeto nos deparamos com as possibilidades e os limites impostos na busca de desafios e metas postos á educação brasileira. Partindo do pressuposto de que é convencional ter um olhar clínico, através das práticas educacionais, enxergando além dos muros escolares e dos sistemas educacionais uma educação de qualidade e equidade no Brasil. Pois a educação é um celeiro de constantes incertezas, em contrapartida um terreno que possui um enumerado conjunto de pessoas capazes, dedicadas e voltadas para uma educação de qualidade.

Nesse contexto, o legado deixado pela participação ativa dos povos jesuítas no processo educacional brasileiro resulta uma série de mudanças e desafios à atualidade, uma vez que problemas no desenvolvimento da escolarização é um enigma para as diretrizes de base há anos. Os resquícios existem, porém são nítidos os avanços alcançados na educação brasileira, através das reformas que vem ocorrendo. Todavia, para que a educação brasileira chegue a um patamar de equidade e qualidade para todos é necessário abrir um leque de panoramas específicos para cada realidade escolar, pois o que molda a educação como um todo é a participação ativa e eficaz das políticas públicas direcionadas além-espaco escolar, isto é, um olhar voltado não somente para o ambiente escolar mais para o aluno, para o professor e suas determinadas valorizações.

No entanto, o estudo embasado nos aponta desafios postos no que tange a educação brasileira como um conjunto de metas a serem alcançadas, deixando assim um leque de perspectivas através de uma agenda de transformação, eximindo das políticas públicas uma articulação voltada para a qualidade e equidade da educação para todos.

Este estudo por fim, aponta-se que o sistema educacional brasileiro, possui presentes resquícios de uma educação burguesa e pseudo-democrática no ideário de profissionais da educação, priorizando por anos a fim apenas uma parcela classista da sociedade, gerando uma desigualdade educacional tremenda, dificultando o conhecimento aos demais indivíduos do país. Todo o ensino educacional brasileiro tem por obrigação oferecer aprendizagem a todos, uma vez que, é através da ligação governo e políticas públicas que o conhecimento, o acesso a escola e a queda do analfabetismo encontrarão meios eficazes para modificar a realidade social e transpor as adversidades existentes no meio educacional brasileiro.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Luis M. O que aconteceu com a educação no Brasil? 2003.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 21 de dezembro de 1996, Poder Executivo: Brasília, DF, 1996.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB: passo a passo: lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/96), São Paulo: Avercamp, 2003.

Cunha, Luís Antônio, 1991 - Educação, Estado e Democracia no Brasil, Cortez Editora / FLACSO / EDUFF.

CASTRO, Cláudio de Moura, 1986 - "O que está acontecendo com a educação no Brasil?", em Edmar L. Bacha e Herbert S. Klein, A Transição Incompleta, Rio de Janeiro Paz e Terra, vol. I.

FREIRE, Paulo A ação cultural para liberdade 7 0 ed Rio de Janeiro ,Paz e terra 1984.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014. Acessado em 15/08/2015.

INEP/MEC. Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário vol. 2 / Editora-chefe: Marília Costa Morosoni. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

MEC. Ministério da Educação. 2014. Acessado em 20/09/2016.

MIRANDA, Marília Gouvea. O Processo de Socialização na Escola: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2001.

Paro VH. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In: Paro VH. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã; 2001.

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. A educação pública antes da independência. Formação de Professores. Educação, Cultura e Desenvolvimento. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SCHMITZ, E. F. Os jesuítas e a educação. A Filosofia educacional da Companhia de Jesus. 1. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In. CEARÁ. SEDUC. Novos Paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005.

Zagury T. O professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil. Rio de Janeiro: Record; 2006.